



Professor Osvaldo Coelho conta a trajetória do movimento Educar para a Cidadania, do qual é um dos fundadores. Com dois anos, a iniciativa ajuda comunidades de Manaus a solucionar problemas como falta d'água, buracos nas ruas, energia elétrica e transporte público. **Página 9.**



SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Filial de
Contato

Governo promete melhorias, mas Reuni não resolve problemas da Ufam

Fotos : Daisy Melo



O JORNAL DA ADUA divulga uma análise sobre os resultados infraestruturais e pedagógicos do programa em Manaus e no interior. Carência de professores e técnicos para atender aos novos cursos, estímulo à competitividade entre docentes e falta de prédios e equipamentos são alguns dos reflexos negativos do Reuni na Ufam. **Páginas. 6 e 7.**

Encontro

Palestra da Adua desperta interesse de ADs do Norte

O tema "Estatuinte, uma via de democratização da universidade" foi apresentado pelo professor do Curso de Comunicação Social da Ufam, Tomzé Vale, no segundo dia do Encontro Regional Norte 1, que ocorreu no final de outubro, em Porto Velho (RO). **Pág. 3.**



Foto: Arquivo

Privatização

Docentes mantêm luta contra Ebserh assumir HUGV

Mesmo com a votação favorável à privatização do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), na reunião do Conselho Universitário da Ufam, professores mantêm mobilização para alertar sobre os riscos dessa decisão para a autonomia universitária. **Pág. 5.**

Editorial

Esta edição do JORNAL DA ADUA traz um balanço dos novos desafios que o movimento docente enfrenta. A administração da Ufam, ignorando os pedidos de mais debate entre a comunidade universitária, aprovou o acordo com a famigerada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Enquanto a Adua, seguindo os princípios de defesa da universidade pública, solicitou ao Conselho Universitário (Consuni) mais tempo para ampliar a discussão em torno dos riscos da adesão irrestrita às políticas governamentais privatistas, nossa reitoria e seus asseclas preferiram decidir às pressas o destino de nosso Hospital Universitário Getúlio Vargas. Por 23 votos a 17, o Consuni preferiu se curvar à reforma do Estado elaborada com evidentes bases mercantis.

Assim como a adesão à Ebserh traz prejuízos indelévels, a acrítica aceitação do Reuni ainda nos assola. O ataque à universidade iniciado com a expansão irresponsável fornecida por esse modelo, em que não há recursos humanos e materiais condizentes com a qualidade esperada pelas Instituições Federais de Ensino, é sempre alvo de nossas reflexões, sendo novamente pauta em nosso jornal.

Mas se as políticas em nível federal merecem nossa atenção, não podemos ignorar a corrosão interna que sofremos, em que muitos de nossos colegas se norteiam pela busca incansável de dinheiro ilegal, acumulando empregos formais, mesmo estando em compromisso de dedicação exclusiva com a universidade. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), a Ufam é a terceira instituição federal de ensino superior com o maior número de irregularidades trabalhistas. A privatização nos assola em todas as frentes, mas a resistência continua forte.

Em outubro, o I Encontro das Seções Sindicais da Região Norte 1 do Andes trouxe novas alianças em torno da luta docente em nossa região, debatendo as especificidades do novo cenário que o movimento enfrenta. Como não podemos isolar a luta docente da necessidade de criação de uma ofensiva mais ampla, um importante exemplo é dado pelo grupo Educar para a Cidadania. Com o objetivo de estreitar as relações entre a universidade e as comunidades da periferia, esse movimento tem ampliado as alianças em torno da defesa dos direitos dos cidadãos. Saiba como participar desse coletivo e conheça mais suas ações nas próximas páginas. O convite à luta está aberto e a chama permanece acesa. Boa leitura!

Em debate

Desestruturação

Em votação relâmpago, a Comissão de Trabalho e de Administração do Serviço Público (CTASP) aprovou na manhã do dia 5 de dezembro o Projeto de Lei (PL) 4.368/12, que expressa basicamente o simulacro de acordo firmado entre o Governo e a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), que foi amplamente rejeitado pelos docentes. Seguindo o ritmo que marcou a votação do PL na CTASP, o plenário da Câmara também aprovou, no início da noite do mesmo dia, o projeto de consolidação da desestruturação da carreira docente. Como já se prenunciava na reunião CTASP, o governo apresentou pedido de regime de urgência aos projetos que tratavam de carreiras do serviço público federal, alegando que os mesmos precisam ser apreciados pelos senadores ainda este ano, pois alguns têm vigência a partir de janeiro de 2013. “Atendendo ao rolo compressor armado pelo governo, as lideranças partidárias deram condições para a aprovação de um pacote de nove projetos, dentre eles o PL 4.368/12”, avalia Marinalva Oliveira, presidente do Andes-SN. Os textos seguem agora para votação no Senado.

Enquete

Apesar da aprovação, na reunião do Conselho Universitário (Consuni) da

Ufam, da adesão do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) à Ebserh, no final de outubro, na internet a comunidade se mostra contrária a essa medida. De acordo com enquete do site da Adua (www.adua.org.br), realizada de 11 de outubro de 2012 a 14 de novembro, a maioria dos internautas (79%) escolheram “não” para a pergunta: “O governo federal criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para administrar os Hospitais Universitários do país. Você concorda com a privatização do HUGV?”.

Cotas

A partir deste ano, 25% das vagas da Ufam serão destinadas a alunos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escolas públicas. No total, serão 12,5% para cada processo seletivo: Processo Seletivo Contínuo (PSC), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Sistema de Seleção Unificada (Sisu). As universidades têm quatro anos para atender o que rege a legislação, sancionada em agosto. Dos 12,5%, a metade (6,25%), deverá ser reservada a membros de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. A lei determina também que haja a reserva de vagas para os autodeclarados negros, pardos e indígenas em proporção à quantidade dessa população indicada no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Estado

onde a unidade de ensino está situada.

Acordo Coletivo Especial

Durante todo o mês de novembro, culminando com um seminário nacional em Brasília no dia 28, a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) reforçou a campanha contra o Acordo Coletivo Especial (ACE). Entre as atividades estiveram a realização de seminários nos Estados e o recolhimento de assinatura de dirigentes e entidades sindicais ao manifesto aprovado em Porto Alegre (RS). A proposta do ACE é possibilitar que o negociado se sobreponha ao legislado, com a negociação coletiva via centrais, retirando das assembleias de base a participação nos processos decisórios. O diretor da Fasubra, Rogério Marzola, denunciou que a livre negociação não existe quando quem detém os meios de produção é quem contrata e demite. “Os empresários colocam como alternativa para os trabalhadores o banco de horas, a redução salarial ou as demissões. Onde está a livre negociação?”, salientou. A presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cepers/Sindicato), Rejane Oliveira, caracterizou o ACE como o maior ataque recente aos trabalhadores. “Esta é uma política de governo. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é apenas o laranja, o que se torna uma armadilha para os trabalhadores, que ficam em dúvida do caráter desse projeto”, alertou.

Charge



Fale conosco

Professor e professora do campus de Manaus e dos campi do interior contribua para o Jornal da Adua produzindo artigos, resenhas de livros e DVDs e sugestões de pautas. Sua participação é fundamental para um jornal plural. Entre em contato conosco pelo e-mail: imprensa.adua@gmail.com

www.adua.org.br
[www.twitter.com/docentes_ufam](https://twitter.com/docentes_ufam)



O *jornal da adua* é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Belizario (presidente), Antonieta do Lago Vieira (1ª vice-presidente), Rafael Bellan de Souza (2ª vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2ª secretária), Raimundo Nonato Pinheiro (1º tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino de Oliveira (2ª tesoureira).

Jornalista responsável: Daisy Melo (SRTE-AM 219).

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Daisy Melo (SRTE-AM 219) e Andes-SN.

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Daisy Melo e Arquivo/Adua.

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroadó, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Encontro Regional

ADs do Norte se interessam por palestra da Adua sobre Estatuinte

Foto: Arquivo

Realizado de 25 a 27 de outubro, em Porto Velho (RO), o Encontro Regional Norte 1 teve como um dos destaques a palestra “Estatuinte, uma via de democratização da universidade”. O tema despertou o interesse dos demais representantes das seções sindicais presentes, que a exemplo da Associação dos Docentes da Ufam (Adua), planejam a reavaliação dos seus estatutos. A palestra foi apresentada, no segundo dia do encontro, pelo 1º Tesoureiro da Regional Norte 1 do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Tomzé Vale.

Segundo o 1º tesoureiro da Adua e professor da Faculdade de Estudos Sociais (FES), Raimundo Nonato Pinheiro, que também participou do encontro, em sua palestra sobre a estatuinte, o professor Tomzé Vale contou sua experiência como membro da comissão da relatoria da estatuinte local. “Essa questão de reelaborar novos estatutos das universidades é uma grande preocupação das demais associações federais e estaduais, por isso, muitos ficaram interessados em conhecer os procedimentos, a forma como foi conduzida a nossa estatuinte, foi mostrado, inclusive, a importância da participação da reitoria, do ponto de vista do apoio administrativo”, disse.

Além da Adua, o encontro contou com a participação das Associações de Docentes (ADs) de Roraima (ADUERR), Acre (Adufac), Rondônia (Adunir) e da recém-criada Associação Docente da Universidade Estadual de Roraima. Apesar de convidada, a Associação dos Docentes do Pará (ADUFPA) não enviou representantes ao encontro. O evento contou com o comparecimento de representação do Andes-SN, que discutiu as problemáticas gerais da Educação do País e da carreira docente.

Representando o Andes-SN, o 2º tesoureiro da executiva nacional da entidade, professor Almir Serra Martins Menezes Filho, abordou, no primeiro dia do evento, o tema “Os Desafios da Educação Pública Brasileira na Contemporaneidade”. “Foram apresentados indicadores e avaliações acerca dos problemas da educação



O 1º tesoureiro da Adua e professor da FES, Raimundo Nonato Pinheiro, participou do Encontro Regional Norte 1, em Porto Velho (RO)

brasileira, que foram bastante debatidos pelos presentes”, contou o professor Pinheiro. No período da tarde, Almir Filho apresentou a palestra “Carreira Docente, um Direito a ser Conquistado”. “Houve um intenso debate sobre essa questão, que foi apresentada de forma sintética, mas didática, o que possibilitou um entendimento claro sobre os objetivos do governo”, explicou o 1º tesoureiro da Adua.

No último dia do encontro foi realizada a “Reunião organizativa da Regional Norte 1”, que teve como pautas os informes da Diretoria Regional e das Seções Sindicais; o Plano Geral de Lutas e o Plano de Luta dos Setores; a avaliação política e a formulação de encaminhamentos. “Nesse dia o encontro ficou muito restrito aos delegados das ADs, a pauta era bastante extensa para ser comentada e feitas as indicações para os próximos encontros. Foram realizadas as atualizações da pauta, dos pontos que avançamos”, disse. Segundo o professor Raimundo Nonato Pinheiro não foi fechada uma pauta e o local para o próximo encontro. “A indicação é de que a próxima reunião ocorra no Acre ou Roraima, pelas condições políticas, lá ainda há problemas de organização, pelo ‘rodízio’ seria Manaus, mas aqui as coisas estão caminhando bem, há estabilidade”, afirmou.

A indicação é de que a próxima reunião ocorra no Acre ou Roraima pelas condições políticas, lá ainda há problemas de organização

Rondônia expõe divisão política

O Encontro Regional Norte 1 foi marcado também pela falta de envolvimento da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rondônia (Adunir). “Embora o evento tenha ocorrido em Rondônia, a Adunir se manteve apática, distante, sem envolvimento, o que fez com que houvesse certo esvaziamento em relação à participação popular e de docentes, técnicos e alunos que não são ligados à gestão do sindicato, a participação acabou ficando restrita aos dirigentes sindicais, um número muito reduzido”, afirmou Pinheiro. Segundo ele, a “ausência” da seção sindical gerou contratempos como a mudança de última hora de auditório e inclusive o prejuízo da documentação do evento.

Pinheiro explicou que o processo de mudança de gestão da Universidade Federal de Rondônia (UFRO) teve a participação dos membros da Regional Norte 1 do Andes-SN, em razão disso, o evento não teve o apoio da Adunir. “Os seus membros são participantes da gestão do antigo reitor, por isso, na mudança para nova gestão, eles ficaram distantes, sem

vontade política de apoiar eventos ligados ao Andes, aos que hoje estão mais próximos da Adunir, mas eram oposição, no momento conturbado da mudança da gestão, foi preciso ir à bancada de Rondônia para tirar o reitor do cargo por questões administrativas, desvios... nós chegamos ali no rescaldo de toda essa questão política”, esclareceu.

De acordo com o 1º tesoureiro da Adua, a greve nas universidades federais demonstrou uma insatisfação generalizada devido às precárias condições de trabalho dos docentes. “Isso acabou somando para que o movimento ampliasse e as AD saíssem fortalecidas, tanto é, que após a greve, os comandos locais de mobilização ficaram ativos, com exceção de Rondônia, que terá que fazer no início do próximo ano uma eleição, já que o atual dirigente, diante da politização que ocorreu referente à mudança de gestão da universidade, ficou perplexo, pela falta de experiência sindicalistas anunciou que não tem interesse em continuar, que vai passar o cargo sem atrito, ou seja, vai jogar a toalha”.

Irregularidades trabalhistas

Docentes questionam ranking em que Ufam aparece em 3º lugar

A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) aparece em terceiro lugar no ranking das Instituições Federais de Ensino (Ifes) com maior número de irregularidades trabalhistas. Feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o levantamento, ainda em andamento, analisou até agora 19 das 93 entidades. Professores da Ufam contestam o resultado que, segundo eles, inclui na “lista negra” docentes que não estão com acúmulo de cargos, como é afirmado pelo órgão federal.

É o caso da professora do Departamento de Serviço Social, Hamida Assunção Pinheiro. “Para tomar posse na Ufam, em 2010, exigiram que eu me desvinculasse dos meus empregos, eu atuava em três, apresentei os comprovantes de desligamentos, carta e rescisão do contrato, mas mesmo assim, em 2011, recebi um comunicado da reitoria da Ufam dizendo que deveria comparecer no setor de Recursos Humanos para apresentar uma declaração atualizada, comprovando que não acumulava cargos”, explicou.

Como possui regime de trabalho de dedi-

cação exclusiva, a docente não poderia ter outro vínculo empregatício além da atividade na Ufam. “Recebi o comunicado em julho e protocolei em agosto, mas durante a greve, fui avisada que meu nome constava nessa lista, decidi ir ao TCU pedindo esclarecimento e revisão, a Ufam me notificou e pediu novamente declarações atualizadas, que foram apresentadas, em julho deste ano”, disse. A professora afirmou que espera que o problema esteja resolvido. “O problema é que a base de dados do TCU é de 2010, e nessa época eu tinha esses vínculos, mas tenho documentos que comprovam que não acumulei cargo nem por um dia”.

Entre as principais irregularidades constatadas pelo TCU estão as jornadas de trabalho incompatíveis com a realidade; técnicos administrativos com mais de um emprego; professores e médicos com mais de dois empregos; professores com dedicação exclusiva com vínculos com outras organizações e professores que pedem dedicação exclusiva próximo à aposentadoria para aumentar o salário. No ranking dos problemas, a Ufam ficou atrás apenas da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Segundo o presidente da Associação dos Docentes da Ufam (Adua) José Belizario, não se pode afirmar categoricamente que as informações passadas pelo TCU condizem com a realidade atual da universidade. “Os dados estão desatualizados, de acordo com a matéria, entre os problemas mais frequentes estão o segundo emprego de professores contratados pelo regime de dedicação exclusiva e a acumulação de jornadas, com cargas horárias muito acima do considerado factível”, afirmou.

O docente explicou que as universidades federais possuem, hoje, três regimes de trabalho: 20 horas semanais, 40 horas semanais e dedicação exclusiva, sendo essa última a mais exigida nos últimos concursos. “Os professores contratados no regime de dedicação exclusiva não podem ter um segundo emprego, caso contrário, o professor estará cometendo irregularidade trabalhista, os demais podem, desde que

Instituições e números de problemas

UFRN: 664	IFBA: 48
UFG: 662	IFBaiano: 48
UFAM: 551	UFT: 40
Ufes: 317	IFTO: 40
UFBA: 307	IFS: 25
IFRR: 121	UFRGS: 6
UFRR: 55	IFRO: 4
Unifap: 53	UFGD: 1
Ifap: 53	IFMS: 1
UFRB: 48	

tenham carga horária compatível, nossa posição em relação a isso é de indignação, pois isso é uma política contrária à dedicação à universidade, que abre brechas para aqueles que só querem ganhar dinheiro”, afirmou.

Foto: Daisy Melo

Estudantes

Eleição para diretoria do DCE deve ocorrer no próximo ano

Sem diretoria desde o final do primeiro semestre de 2012, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) deve realizar a eleição no próximo ano. De 22 a 24 de novembro deste ano, a gestão interina realizou o XXIII Congresso dos Estudantes da Ufam (CEUfam), que resultou na formação de uma comissão eleitoral para dar andamento ao processo. No evento também foram levantados os temas que deverão nortear o mandato da nova diretoria.

“A gestão do DCE expirou e veio a greve, por isso, foi feita uma reunião com os centros acadêmicos, que criou a gestão interina, responsável pela organização do congresso, de onde saiu a formação da comissão, que terá um prazo de 40 dias para realizar a eleição, respeitando o estatuto”, informou a aluna de Línguas Estrangeiras e membro interino do DCE da Ufam, Jeane Alves. Considerando o início do período letivo no dia 10 de dezembro e as festas de fim de ano, a previsão é que a eleição ocorra em janeiro.

Além da formação da comissão eleitoral, no XXIII CEUfam foram criados

os grupos de discussões “Meio Ambiente”, “Educação” e “Movimentos Sociais, Opressão e Gênero”. “A ideia desse último grupo era discutir temas que temos deixado de lado como as questões LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), raça, feminismo, religião e indígena”, disse o membro do Coletivo Autônomo de Ciências Sociais e da gestão interina do DCE, Aurivan Gomes.

As conclusões dos debates foram apresentadas no último dia do evento e resultaram em metas a serem cumpridas pela nova diretoria. “A próxima gestão do DCE precisa ter metas a cumprir, por isso, há uma necessidade de unificar os estudantes e discutir a Educação aqui e em nível nacional”, disse Alves. Aurivan Gomes acrescentou que “o objetivo do congresso era fazer com que o movimento estudantil propusesse debates e palestras para serem realizados ao longo do ano, com a formação de um calendário”.

Problemas

Falta de arquivos, abandono da sede



Catharina Lincoln, da Anel-Livre, foi uma das palestrantes do congresso

e descumprimento de normas previstas no estatuto são alguns dos problemas do DCE da Ufam, segundo Jeane Alves. “Não temos nada, documentos são ‘fantasmas’ e a sede foi abandonada pelas últimas gestões, há uma necessidade de ter um local de referência para os estudantes”, afirmou. O congresso, que deveria ser convocado anualmente, não foi realizado no ano passado, segundo a estudante. “São mais de 50 cursos e só 29 têm cen-

tros acadêmicos, os outros estão ‘soltos’, com necessidade de se organizar, mas não tem um elo”, disse.

Motivado por essa falta de referência, alguns estudantes criaram inclusive um grupo para dar andamento às atividades da classe estudantil. “Como estávamos meio desiludidos com o DCE, criamos o Coletivo Tucandeira, em setembro, para debater textos, fazer palestras, ter formação política”, disse Aurivan Gomes.

Adua mantém mobilização contra a transferência do HUGV para a Ebserh

Foto: Daisy Melo



No Consuni, os docentes defenderam posição contrária a passagem da administração do HUGV para a Ebserh

Mesmo com a adesão da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), por meio do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a Associação dos Docentes da Ufam (Adua) continua mobilizada para conscientizar a população acadêmica e a sociedade de modo geral sobre os riscos da decisão para a autonomia universitária. “Continuaremos denunciando a forma antidemocrática da administração superior da Ufam na condução dos trabalhos na reunião do Consuni (Conselho Universitário), no dia 31 de outubro, na qual a maioria dos conselheiros votou pela referida adesão. Seguiremos as recomendações do nosso Sindicato Nacional tanto em ações políticas quanto jurídicas”, afirmou o presidente da Adua, José Belizario.

Cinco horas de intenso debate com ampla maioria de manifestações contrárias à privatização da gestão do HUGV não foram suficientes para convencer os conselheiros do Consuni da Ufam dos prejuízos que a medida trará à comunidade acadêmica e à população em geral. Por 23 votos favoráveis, 17 contrários e uma abstenção, a Ufam aprovou, no dia 31 de outubro, a adesão do HUGV à Ebserh.

A deliberação tomada pelo Consuni da Ufam acompanha o “prenúncio” revelado, de maneira taxativa, pelo presidente da Ebserh, José Rubens Rebelatto, em reunião na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em maio deste ano, de que a adesão dos HUs é inevitável. “Não há qualquer possibilidade dos hospitais universitários deixarem de aderir”, disse. “As instituições que não aderirem à empresa continuarão sendo financiadas pelo Rehuf [Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais], mas não terão as questões de pessoal solucionadas pelo programa”.

Iniciativas isoladas

Jose Belizario ressenete que a universidade não tenha criado mecanismos para ampliar o debate sobre o assunto com a comunidade acadêmica e a sociedade. “A administração superior da Ufam não debateu com a comunidade acadêmica e a população de um modo geral. O HUGV é um dos maiores patrimônios da população amazonense e esta não foi esclarecida sobre o que significa a adesão da Ufam à Ebserh. Estamos preocupados com as ações governistas desestruturantes na educação e na saúde pública”.

A Adua, juntamente com outras entidades do setores da educação e da saúde, denunciou, por meio de uma coletiva de

imprensa realizada no dia 3 de outubro, a privatização do HUGV a partir da adesão à Ebserh. Mais recentemente, no dia 25, promoveu a Mesa Redonda “Saúde Pública, Universidade e Ebserh: questões políticas e legais”, para ajudar a elucidar os “pontos preocupantes” da Lei 12.550/11, que criou essa empresa. Para isso, contou com a presença de profissionais do Direito e da Saúde, ao destacar questões que podem ser

“Continuaremos denunciando a forma antidemocrática da administração superior da Ufam na condução dos trabalhos na reunião do Consuni (...) seguiremos as recomendações do nosso Sindicato Nacional tanto em ações políticas quanto jurídicas”

objetos de futuras contestações judiciais.

O dia ‘D’

No início da reunião do Consuni, Belizario distribuiu aos conselheiros um documento que expressa inquietações da Adua e do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam) em relação à Ebserh, objetivando contribuir com a avaliação geral. “Essa lei [12.550/11] tem vários mecanismos que comprovam o caráter de privatização do serviço. Precisamos, no mínimo, discutir mais sobre esse tema. Em outros Estados, o presidente da Ebserh fez palestras para

explicar o tema. Por que não foi feito no Amazonas? Por que não houve um amplo debate com a população? Precisamos garantir um hospital público de qualidade para a população e para os acadêmicos”, criticou o presidente da Adua.

O presidente do Sindicato dos Médicos do Amazonas (Simeam), Mário Viana, ressaltou que o Conselho Nacional de Saúde, considerada a instância máxima da área, publicou uma nota de repúdio contra a implantação da Ebserh nos HUs do País. “Essa lei é anticonstitucional e vai trazer prejuízos para o trabalhador da área da saúde que irá perder uma opção de trabalho concursado”, afirmou.

A coordenadora de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), Crizolda Araújo, alertou que a mudança de administração não irá garantir o trabalho dos quase 300 funcionários terceirizados. “Os contratos não serão por concurso e sim por análise de currículo, ou seja, indicação. Isso vai acabar com os profissionais comprometidos, principalmente os que valorizam a pesquisa”.

Mas, as avaliações e manifestações negativas em relação à Ebserh não surtiram efeito e o Consuni, contrariando a própria moção de repúdio ao Projeto de Lei (PL)

1.949/2011, (que, naquela ocasião, criava a Ebserh), aprovada em reunião ordinária no dia 31 de agosto de 2011, voltou atrás e, diferente de colegiados de outras universidades, deixou a matéria passar.

Rejeição à Ebserh

Em âmbito nacional, até o momento, duas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) já rejeitaram a adesão à Ebserh: a Universidade Federal do Paraná (UFPR), à qual estão vinculados o Hospital de Clínicas e a Maternidade Victor Ferreira do Amaral, e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ligada ao Hospital Universitário Alcides Carneiro, na Paraíba.

Conforme matéria publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), no dia 30 de outubro, a diretora do HU Alcides Carneiro, Berenice Borges, classificou a decisão do Colegiado Pleno como importantíssima, pois “permitirá à UFCG buscar a Justiça Federal e informar que a proposta de adesão à Ebserh foi rejeitada e que a saída para solucionar a situação precarizada dos 156 funcionários terceirizados é a realização de concurso público através do Regime Jurídico Único”. Ela explicou ainda que a justiça vem há anos pressionando o hospital e a UFCG para encontrar uma solução para a terceirização.

A rede de hospitais universitários federais é formada por 46 hospitais vinculados a 32 universidades federais.

Raio X

Docentes avaliam a implanta

Criação de cursos sem oferta de quadro de professores suficiente, desconsideração da extensão e da pesquisa, falta de elaboração de projeto pedagógico e carência de estrutura física, equipamentos e técnicos são algumas das consequências do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo governo federal. O cenário negativo é realidade nas instituições de ensino superior espalhadas pelo Brasil, inclusive nos campi de Manaus e do interior do Amazonas. Priorizando apenas a abertura de novos cursos e ampliação das vagas, o projeto não garante as condições básicas necessárias para a sua manutenção e desenvolvimento eficiente.

Desde a adesão da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no Conselho Universitário (Consuni), o Reuni modificou integralmente as diretrizes da instituição. Na ocasião, a universidade aprovou o Plano de Reestruturação e Expansão (Reuni), o Plano Diretor Físico (PDF III) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2006-2015). “A partir de 2007, o Reuni ensejou a introdução de mudanças políticas e administrativas na Ufam que alteraram profundamente a forma de gestão da universidade”, disse o diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Nelson Noronha.

Segundo o professor, de lá pra cá, ocorreu o aprofundamento da centralização das decisões, o esvaziamento das decisões colegiadas, a eliminação dos departamentos acadêmicos como unidades administrativas, a diferenciação de organizações administrativas entre interior e capital e a criação de uma instância de decisão anômala: o Comitê Gestor. “Tais mudanças tornaram possíveis tomadas de decisões à revelia da participação da comunidade universitária referentes ao uso dos recursos financeiros, da execução de obras e gestão de pessoal. Foi o caso do Hospital Universitário Getúlio Vargas, que teve alterado o seu regimento interno, sem que tenham sido feitas audiências públicas para debater com a comunidade universitária e a sociedade”, afirmou.

No ICHL

Considerando especificamente o ICHL, as mudanças pautaram-se na abertura de novos cursos e a ampliação de antigos; a abertura de programas de pós-graduação, a oferta de turmas para a disciplina “Libras”, a criação de cursos do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor) e a implantação de cursos à distância. Entretanto, essas

aplicações tiveram um forte impacto negativo. “Atingiram a capacidade da gestão administrativa e acadêmica da unidade, a área física cresceu muito, bem como o seu quadro de pessoal docente, o quadro de pessoal técnico também aumentou, mas em proporção bem menor do que a do quadro docente e, principalmente, a do número de alunos”, relatou Noronha.

De acordo com o diretor do ICHL, a ampliação da área física não foi suficiente para abrigar os novos alunos. “Até este ano, tivemos de pedir emprestado, a cada semestre, dez salas de aula à FES (Faculdade de Estudos Sociais), à Faced (Faculdade de Educação) e à FD (Faculdade de Direito). Um prédio com 27 salas de aula foi entregue em 2012, mas para abrigar as novas coordenações de cursos de graduação, secretarias de pós-graduação, salas de professores e núcleos de pesquisa, o que resultou na transformação de 16 salas em áreas administrativas”.

O Reuni aumentou o número de matrículas, mas ofereceu uma universidade precarizada. Expandiu, mas não garantiu a qualidade da universidade aos novos estudantes

Em termos de ampliação do quadro docente, o Reuni considerou apenas a carga horária dos professores para a graduação. “Embora já se soubesse que os novos professores teriam de dedicar-se à pesquisa, à pós-graduação e à extensão, uma vez que as avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) levam em conta a atuação dos docentes em todas essas dimensões”, disse. Nesse item, o ICHL foi muito prejudicado, já que ampliou a oferta de vagas para a graduação e comprometeu-se a oferecer vagas para cursos de quase todas as demais áreas de conhecimento da Ufam, uma vez que é responsável por grande parcela das disciplinas básicas.

Interior

No interior, a situação não é diferente. Segundo a professora do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), do campus de Parintins, Claudia Carnevskis, os cursos iniciam sem nenhuma estrutura. “O Reuni aumentou o número de matrículas, mas ofereceu uma universidade precarizada.



Com prazo do Reuni vencendo, obras e reformas continuam em andamento pelo

Expandiu, mas não garantiu a qualidade da universidade aos novos estudantes”, disse. Carnevskis ressalta que a maior perda causada pelo Reuni é o projeto de universidade. “Quando se cria um curso de graduação oferecendo, seis, sete professores, o que se deseja é que esses professores dediquem 40 horas apenas ao ensino. Extensão e pesquisa são os primeiros a serem cortados neste tipo de projeto. A estrutura física e a ausência de técnicos também é mais visível nos cursos do Reuni”, afirmou.

No caso específico do ICSEZ, não há estrutura mínima para o funcionamento dos cursos. “Faltam salas de aula, professores e equipamentos, isso prejudicou, principalmente, os estudantes das primeiras turmas, porque os cursos foram abertos sem uma equipe para pensar o projeto pedagógico, o que é necessário para início das atividades de forma plena”. Segundo a docente, o curso de Artes Visuais de Parintins, por exemplo, foi lançado sem um professor contratado. “Hoje, às vésperas da entrada da quarta turma contamos com apenas cinco professores efetivos, sobre eles recaem a tarefa de pensar o projeto de curso, suas necessidades físicas, estruturais e pedagógicas, além das tarefas burocráticas inerentes aos órgãos colegiados”.

Estímulo à competição

Somado aos problemas técnicos e de

infraestrutura, o Reuni estimulou ainda uma cultura de competição entre professores. “Talvez o maior prejuízo sobrevindo com o Reuni tenha sido a assimilação pela comunidade universitária do princípio de produtividade e competição como diretrizes de suas atividades”, disse Nelson Noronha. Segundo ele, o principal valor simbólico adotado entre os membros da comunidade acadêmica passou a ser a carteira contabilizando o número de turmas, orientandos, publicações, projetos de extensão e projetos aprovados pelas instituições de apoio à pesquisa. “Esse espírito promoveu a disputa pelo acesso a bolsas e outras formas de complementação salarial mediante a adesão a programas paralelos de ensino, como o Parfor”.

A disseminação dessa cultura tem contribuído seriamente para o desaparecimento da autonomia como valor fundamental da universidade pública. “A adoção da produtividade e da competição como princípios retira da ação universitária o exercício da crítica e a capacidade de resistir às políticas de desqualificação da universidade como instituição de promoção da cultura, do conhecimento e da cidadania”, comenta o diretor. O resultado desse panorama é a consolidação da transformação da educação em mercadoria. “Tais posturas indicam que o critério do pragmatismo sobrepujou o da autonomia e do caráter público e gratuito da universidade”.

Atualização do Reuni na Ufam

Foto: Daisy Melo



Os setores Norte e Sul da universidade

Foto: Daisy Melo



Banheiros desativados é um dos problemas encontrados pelo ICHL

Medidas imediatas

Em vista dessa cruel realidade é imediata a necessidade de contratação de mão de obra para atender às necessidades da universidade, na opinião de Cláudia Carnevskis. “Precisamos urgente da contratação de professores e técnicos administrativos em número suficiente para que a universidade se firme em seu tripé e o envio de recursos para construção de salas de aula, laboratórios, moradia e restaurante universitário”. O diretor do ICHL ressalta que, do ponto de vista da infraestrutura, a Ufam carece de obras de saneamento, segurança, acessibilidade e de expansão de seus espaços para o ensino, a pesquisa, a extensão e para as atividades administrativas.

Para Nelson Noronha, a absorção da expansão das vagas exige o redimensionamento do quadro de professores para assegurar uma relação adequada entre número de alunos e docentes. “Com isso, vamos garantir também a diversidade de orientações teóricas e metodológicas e o cumprimento dos projetos políticos e pedagógicos dos cursos, que foram recentemente reformulados para se ajustar às Diretrizes Curriculares Nacionais”, disse. O professor ressaltou que o Governo Federal precisa deixar a comunidade universitária buscar sua autonomia, promover o respeito pelas decisões colegiadas e valorizar os servidores e o espírito público da instituição.

Aplicações e lacunas do projeto são evidenciados na análise

As mudanças provocadas pelo Reuni iniciaram com a modernização dos processos administrativos e acadêmicos. “Realizaram obras e concursos para professores e técnicos; servidores e estagiários foram contratados; ampliaram a oferta de vagas para cursos antigos e criaram novos cursos de graduação e programas de pós-graduação, ampliando em mais de 100% as vagas para mestrado e doutorado”, disse Noronha.

Mas, o prazo do PDI 2006-2015 já está no final e promessas não foram cumpridas. “O interior encontra-se sem infraestrutura, professores e técnicos suficientes. Lá, eles ainda estão sendo pressionados a ampliar o processo de expansão. Não foi por acaso que a maioria apoiou a greves dos docentes e técnicos”.

Em Manaus, as bibliotecas dos setores Norte e Sul não foram construídas, as obras da área de convivência do setor Norte ainda não estão concluídas e não há previsão para a inauguração do restaurante universitário.

“A capacidade de trabalho atingiu seu limite, o que implica a impossibilidade de darmos conta de numerosos problemas de gestão”, analisou.

Um problema grave é a falta de docentes. “Todo semestre, muitas turmas permanecem sem professores, pois a carga horária de trabalho já está cheia, uma consequência foi o aumento de terceirizados em todos os setores”. Com isso, muitas perdas podem ser contabilizadas como a deteriorização do prédio e de serviços como água, energia, telefone e internet. “O número de pessoas que passou a frequentar o campus aumentou sem o aumento das estruturas”.

“O Reuni é um programa avesso ao papel da universidade de instituição de formação, pois suas diretrizes visam atingir metas estatisticamente concebidas em conformidade com exigências de organismos de regulamentação e gestão da economia, que são indiferentes às condições políticas, econômicas e sociais em que vivem os indivíduos”, disse Noronha.

Promessas

PDF III

- Construção de novos prédios para a abertura de bibliotecas, salas de aula, espaços administrativos e laboratórios nos setores Sul e Norte do Campus de Manaus;
- Implantação do prédio do Museu Amazônico no Campus Universitário de Manaus;
- Edificação de prédios administrativos e de salas de aulas e laboratórios nos campi do interior;
- Melhoria das instalações já implantadas, redes de energia, água, telefone e internet.

PDI 2006-2015

- Definição de uma estrutura organizacional para facilitar a gestão de pessoas e processos;
- Fixação de matriz lotacional de docentes e técnicos para adequá-los quantitativamente às necessidades acadêmicas e investir em suas qualificações, entre outras metas;
- Criação de 150 novas vagas, anualmente, para cursos de graduação, entre 2006 a 2015. De 2008 a 2012, as vagas projetadas eram de 3.507 para graduação, e para a pós-graduação, a meta era a criação de 100 vagas anuais, incluindo as dos cursos de mestrado e doutorado;
- Ampliação da produtividade científica, artística e técnica da instituição em 10% ao ano;
- Ampliação em 100% do compromisso de parceria com o ensino e a pesquisa por meio de programas institucionais já existentes.

Artigo

As dimensões da crise no mundo do trabalho

Ricardo Antunes

Nos últimos anos, particularmente depois da década de 1970, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês. O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que, neste mesmo período, ocorrem mutações intensas, de ordens diferenciadas, e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar conseqüências muito fortes no interior do movimento operário, e, em particular, no âmbito do movimento sindical. O entendimento deste quadro, portanto, supõe uma análise da totalidade dos elementos constitutivos deste cenário, empreendimento ao mesmo tempo difícil e imprescindível, que não pode ser tratado de maneira ligeira.

Neste artigo, vamos somente indicar alguns elementos que são centrais em nosso entendimento, para uma apreensão mais totalizante da crise que se abateu no interior do movimento operário. Seu desenvolvimento seria aqui impossível, dada a amplitude e complexidade de questões. A sua indicação, entretanto, é fundamental por que afetou tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações práticas concretas.

Começamos dizendo que neste período vivenciamos um quadro de crise estrutural do capital, que se abateu no conjunto das economias capitalistas, especialmente a partir do início dos anos 70. Sua intensidade é tão profunda que levou o capital a desenvolver “práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interior da produção para satisfação das necessidades humanas”. Esta crise fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital e que, como veremos, afetou fortemente o mundo do trabalho. Retomaremos adiante este ponto.

Um segundo elemento fundamental para o entendimento das causas do refluxo do movimento operário decorre do explosivo desmoronamento do Leste europeu (e da quase totalidade dos países que tentaram uma transição socialista, com a URSS à frente), propagando-se, no interior do mundo do trabalho, a falsa idéia do “fim do socialismo”. Embora em longo prazo as conseqüências do fim do Leste europeu sejam eivadas de positivities (pois coloca-



-se a possibilidade da retomada, em bases inteiramente novas, de um projeto socialista de novo tipo, que recuse, entre outros pontos nefastos, a tese staliniana do “socialismo num só país” e recupere elementos centrais da formação de Marx), no plano mais imediato houve, em significativos contingentes da classe trabalhadora e do movimento operário, a aceitação e mesmo assimilação da nefasta e equivocada tese do “fim do socialismo” e, como dizem os apoletas da ordem, do fim do marxismo.

Vivenciamos um quadro de crise estrutural do capital, que se abateu no conjunto das economias capitalistas, especialmente a partir do início dos anos 70. Sua intensidade é tão profunda que levou o capital a desenvolver práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global

E mais, ainda como conseqüência do fim do chamado “bloco socialista”, os países capitalistas centrais vêm rebaixando brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, dada a “inexistência”, segundo o capital, do “perigo socialista” hoje. Portanto, o desmoronamento da URSS e do Leste europeu, ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento operário. Bastaria somente lembrar a crise que se abateu nos partidos comunistas tradicionais, e no sindicalismo a eles vinculado.

Paralelamente ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista — e aqui entramos em outro ponto central —, deu-se um agudo processo político e ideológico de social-democratização da esquer-

da, e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital. Esta acomodação social-democrática atingiu fortemente a esquerda sindical e partidária, repercutindo, conseqüentemente, no interior da classe trabalhadora. Essa acomodação social-democrática atingiu também fortemente o sindicalismo de esquerda, que passou a recorrer, cada vez mais freqüentemente, à institucionalidade e a burocratização que também caracterizam a social-democracia sindical.

É preciso acrescentar ainda que, com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins dos anos 70, e a conseqüente crise do Welfare State, deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O projeto neoliberal passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como FMI e BIRD, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo classista, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a

cultura “pós-moderna” é expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital etc.

Vê-se que se trata de uma processualidade complexa que, repetimos, aqui somente podemos indicar e que podemos assim resumir: 1) há uma crise estrutural do capital ou um efeito depressivo profundo que acentuam seus traços destrutivos; 2) deu-se o fim do Leste europeu, onde parcelas importantes da esquerda se social-democratizaram; 3) esse processo efetivou-se num momento em que a própria social-democracia sofria uma forte crise; 4) expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal. Tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões.

Como resposta do capital à sua crise estrutural, várias mutações vêm ocorrendo e que são fundamentais nesta viagem do século XX para o século XXI, caso se queira, como ensinou Marx, “apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas” (conforme a nossa epígrafe recolhida do posfácio à 2ª edição de *O capital*, de 1873). Uma delas, e que tem importância central, diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho.

Particularmente nas últimas décadas, como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, no qual se destaca, para o capital, especialmente, o modelo “toyotista” ou o modelo japonês. Estas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical.

Fundamentalmente, essa forma de produção flexibilizada busca a adesão de fundo, por parte dos trabalhadores, que devem abraçar, de “corpo e alma”, o projeto do capital.

Procura-se uma forma daquilo que chamei, em *Adeus ao trabalho?*, de envolvimento manipulatório levado ao limite, no qual o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital.

Ricardo Antunes é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Leia o artigo na íntegra no site www.adua.org.br.

Entrevista com **Oswaldo Coelho**

Educar para a Cidadania

Primero presidente da Associação dos Docentes da Ufam (Adua), o professor aposentado Oswaldo Coelho conta a trajetória de conquistas do movimento Educar para a Cidadania, do qual é um dos fundadores. Com dois anos, o grupo possui uma história de luta em prol de mais de 30 comunidades de Manaus. Formado por uma equipe multidisciplinar de professores da Ufam, o Educar para a Cidadania já orientou a população em relação a temas como falta de água, buracos nas ruas, carência de vias, energia elétrica, problemas de trânsito e transporte público. Coelho comemora o cumprimento do papel do movimento, mas ressalta que a participação de mais professores seria o ideal para um maior entrosamento da Ufam com a sociedade amazonense.

Quando e como surgiu a ideia de criar o movimento Educar para a Cidadania?

O grupo surgiu mais ou menos no final do ano de 2010 em decorrência de um problema político. Os governantes estavam no poder sem ter oposição propriamente dita para defender os interesses das comunidades. Um dia na Adua, conversando com os professores Aluísio Nogueira e Menabarreto, surgiu a ideia de criar esse movimento com a ideia de defender as áreas desprotegidas da administração pública, principalmente, os bairros da periferia, onde existiam e ainda existem hoje, problemas de água, luz, transporte, faltas de vias para o trânsito, ruas esburacadas, carência de assistência à saúde e escolas, todos esses problemas. Depois da conversa com alguns membros das associações comunitárias veio a ideia de criar aqui esse movimento, com a intenção de entrosar a comunidade com a universidade, que vive oficialmente fechada em si mesmo e mantém pouca relação com a comunidade, o que não deve acontecer. A universidade deve manter uma relação próxima com a comunidade, prestando serviço para a sociedade.

Como funciona o grupo? Qual a sua dinâmica?

Quando começamos, o primeiro grupo com quem interagimos foi o Mazon (Movimento Amigos da Zona Norte), que luta em favor dos interesses da comunidade. Depois disso, outras associações comunitárias procuraram a gente, trazendo seus problemas. E o processo é feito da seguinte maneira. Eles vêm até nós, relatam os seus problemas, debatemos com eles e os orientamos como proceder. Temos, inclusive, um advogado, que depois de toda a discussão, faz um resumo, um documento para encaminhar ao órgão competente. Quem encaminha o documento não é o movimento Educar para a Cidadania, mas sim a própria comunidade, a associação, são eles que assinam e encaminham.

Nesses dois anos, o grupo auxiliou as comunidades a buscar a solução para quais tipos de problemas?

Um dos absurdos que recebemos foi que pessoas da zona Leste estavam re-

cebendo contas de água de até R\$ 2 mil, sendo que a água nunca chegava. E se os coitados não podiam pagar uma conta de R\$ 100, como iam pagar uma conta dessas? Outro caso foi o problema da entrada do campus universitário. Convidamos técnicos e engenheiros de trânsito que vieram discutir com a gente e depois apresentaram soluções para atenuar o problema de engarrafamento na entrada da Ufam em horários de pico. Entre essas propostas, que estão sendo executadas, compreendem a ampliação da rua para o transporte direto, sem parar nos sinais, e outra parte para quem entra na Ufam. Além disso, já resolvemos problemas de todas as partes da cidade, de onde vier a gente ajuda: zona leste, dos bairros Zumbi, Jorge Teixeira, João Paulo, Santa Etelvina, principalmente, da periferia.

Quando ocorrem as reuniões e quem participa?

Nós atendemos às comunidades todas as quartas-feiras, de 15h às 18h, no auditório da Adua. Quem vem participa da conversa, expõe o seu problema e tem direito de opinar sobre qualquer problema que estiver em debate. Hoje fazem parte do movimento o professor José Humberto Michiles, que é o atual coordenador; o professor Aluísio Nogueira, que também foi um dos fundadores junto comigo e o Menabarreto. Além deles, os professores



Coordenador do Movimento, professor Michiles, e Oswaldo Coelho (direita)

Foto: Anderson Vasconcelos



“ O pessoal comparece, discute e fazemos todo o possível para orientá-los. É o nosso dever, nós nos sentimos na obrigação de ajudar o povo ”

José Alcimar, os professores aposentados Raimundo e o advogado do movimento, Alcebíades Oliveira.

Como é a reação da comunidade em relação a essa ajuda do movimento?

O pessoal comparece, discute e fazemos todo o possível para orientá-los. É o nosso dever, nós nos sentimos na obrigação de ajudar o povo. Mas quando o problema é resolvido, geralmente, a comunidade se afasta. Um fato interessante no nosso movimento é que ele não tem nenhuma vinculação política, é independente. Quando é preciso, nós recorremos ao Ministério Público Estadual ou Federal. Inclusive, no caso, do município de Iranduba, onde será criada a cidade universitária, alguns moradores da área que o governo pretende desapropriar, nos procuraram. Nós conversamos com cerca de 20 pessoas sobre o problema. Marcamos uma reunião aqui na sede e nesse primeiro encontro compareceram

35 pessoas de Iranduba e mais representantes do MPE e do MPF. Já na segunda reunião, deu 50 pessoas. O MP orientou como deveriam proceder, que quando a autoridade quer desapropriar ela tem o poder, mas tem que fazer de acordo com as normas estabelecidas, e eles não estavam seguindo essas regras. Depois disso, foi decidido que ia ocorrer uma audiência pública em Iranduba para que o pessoal saísse logo de lá, mas acabaram suspendendo a audiência, disseram que não poderia ser feita. Eles alegam que o governo mandou suspender, mas não foi o governo, porque esse está interessado em fazer logo a obra. Então é assim, onde tem um problema a gente vai participando. Na situação da Lagoa do Japiim, por exemplo, que exala um forte odor, estamos conversando com a Prefeitura Municipal, já que fazemos parte do Conselho do Meio Ambiente. A ideia é buscar uma solução para o problema da Lagoa. Alguns moradores acham que o novo prefeito vai acatar o pedido de alguns e aterrar, mas a gente quer, através da secretaria municipal, atuar de forma legal para resolver o problema. E o melhor seria não eliminar a lagoa, já que temos poucas árvores e áreas como essa, que acabou se transformando em um esgoto sanitário.

Qual a sua avaliação geral da atuação do movimento nesses dois anos de existência?

No meu entendimento o grupo está fazendo a parte dele. Nunca ninguém do grupo se negou a prestar assistência a quem nos procurasse para resolver problemas, inclusive, na área médica, já que o Menabarreto é médico, o que facilita mais o contato a respeito desse tipo de problema. Nos últimos meses trabalhamos muito pela não privatização do HUGV (Hospital Universitário Getúlio Vargas), porque o hospital é acima de tudo um patrimônio do povo carente. O movimento tem atuado, cumprido seu papel até agora, principalmente, no que diz respeito a ajudar àquelas comunidades mais pobres de Manaus.

Em sua opinião, o que pode melhorar ainda mais o trabalho do grupo?

A participação de outros professores de áreas diversificadas para ajudar a solucionar problemas com conhecimento. Tivemos professores que vieram dar palestras excelentes pra gente sobre a qualidade da água e transporte coletivo, por exemplo. Técnicos e professores da Ufam que vêm com toda sua fundamentação. As áreas que queremos debater, nós convocamos e eles vêm para fazer uma exposição. Mas, o ideal seria que eles viessem não apenas quando fossem convidados, mas que ficassem sempre participando. Isso seria excelente. Eu acredito que esse entrosamento com a universidade e a comunidade seria muito melhor e maior.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/10/2012 a 31/10/2012

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	55.188,11	71.352,84	100,00%
1.1	RECEITAS	44.753,59	44.163,76	61,89%
1.1.1	Contribuição dos Associados	44.392,00	43.790,00	61,37%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	343,39	321,86	0,45%
1.1.3	Receitas com Reprografia	18,20	51,90	0,07%
1.2	RESGATE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	10.434,52	27.189,08	38,11%
1.2.1	Resgate de Aplicação n/mês	10.434,52	27.189,08	38,11%
2	SAÍDAS	61.410,20	64.590,26	100,00%
2.1	PESSOAL	10.937,60	19.477,19	30,15%
2.1.1	Salários	9.112,60	7.376,75	11,42%
2.1.2	Férias	-	2.042,61	3,16%
2.1.3	13o Salários	-	8.174,83	12,66%
2.1.4	Vale Transportes/Alimentação	1.825,00	1.883,00	2,92%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.056,95	4.506,39	6,98%
2.2.1	Contribuição INSS	3.877,51	3.458,65	5,35%
2.2.2	Contribuição FGTS	920,07	849,07	1,31%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	115,01	106,13	0,16%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	144,36	92,54	0,14%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	4.210,33	3.300,00	5,11%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	800,00	1,24%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais	100,00	-	0,00%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,32%
2.3.4	Serviços de Administrativos	1.650,33	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Limpeza/Manutenção	960,00	1.000,00	1,55%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	5.467,00	5.344,00	8,27%
2.4.1	Serviços Graficos	4.200,00	3.050,00	4,72%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Xerox	23,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços de Confeção de Faixas	-	1.050,00	1,63%
2.4.4	Serviços Contábeis	1.244,00	1.244,00	1,93%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	11.338,99	11.338,99	17,56%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	8.668,10	8.668,10	13,42%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	1.284,00	1.284,00	1,99%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	346,72	346,72	0,54%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.040,17	1.040,17	1,61%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	11.284,37	10.548,33	16,33%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	10.324,37	8.983,53	13,91%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	960,00	1.200,00	1,86%
2.6.3	Despesas com Hospedagem	-	364,80	0,56%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.618,00	-	0,00%
2.7.1	Serviços de Instalação de Enlace de Fibra Optica	1.458,00	-	0,00%
2.7.2	Aquisição de 01 Switch de 24 portas	160,00	-	0,00%
2.8	BENS DE CONSUMO	10.700,14	9.223,09	14,28%
2.8.1	Telefone	1.201,73	1.174,94	1,82%
2.8.2	Combustível	335,00	280,00	0,43%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	70,00	45,00	0,07%
2.8.4	Material de Expediente/Limpeza	13,50	415,57	0,64%
2.8.5	Refeições e Lanches	46,05	417,90	0,65%
2.8.6	Assinaturas de Jornais (Editais Eleições)	415,60	-	0,00%
2.8.7	Despesas com Eventos (Posse da Nova Diretoria)	2.168,98	1.597,50	2,47%
2.8.8	Despesas com Eleições/Andes	1.009,20	-	0,00%
2.8.9	Impostos e Taxas (Custas Judiciais)	-	44,00	0,07%
2.8.10	Materiais Elétricos	128,80	-	0,00%
2.8.11	Cartorio(Cópias/Autenticações)	-	175,00	0,27%
2.8.12	Materiais Hidraulicos	73,00	-	0,00%
2.8.13	Assinatura Provedor/Internet	227,37	62,27	0,10%
2.8.14	31 Congresso-Andes, parc.06/07	5.010,91	5.010,91	7,76%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	663,00	663,00	1,03%
2.9.1	Restituições n/mês	663,00	663,00	1,03%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	133,82	189,27	0,29%
2.10.1	IRRF S/Aplicações	38,45	120,51	0,19%
2.10.2	Despesas Bancarias/Juros e Multa	95,37	68,76	0,11%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		(14.104,73)	(20.326,82)	
RECEITAS		55.188,11	71.352,84	
DESPESAS		(61.410,20)	(64.590,26)	
RESULTADO OPERACIONAL		(20.326,82)	(13.564,24)	
Banco do Brasil S/A C/C		(5.514,00)	-	
Aplicação Banco do Brasil		78.015,25	51.027,52	
CAIXA		42,74	739,97	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		72.543,99	51.767,49	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/11/2012 a 30/11/2012

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	71.352,84	50.263,00	100,00%
1.1	RECEITAS	44.163,76	44.769,88	89,07%
1.1.1	Contribuição dos Associados	43.790,00	44.546,00	88,63%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	321,86	194,78	0,39%
1.1.3	Receitas com Reprografia	51,90	29,10	0,06%
1.2	RESGATE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	27.189,08	5.493,12	10,93%
1.2.1	Resgate de Aplicação n/mês	27.189,08	5.493,12	10,93%
2	SAÍDAS	64.590,26	52.786,38	100,00%
2.1	PESSOAL	19.477,19	16.371,86	31,02%
2.1.1	Salários	7.376,75	5.265,88	9,98%
2.1.2	Férias	2.042,61	4.876,62	9,24%
2.1.3	13o Salários	8.174,83	-	0,00%
2.1.4	Adiantamento de Salários	-	5.110,00	9,68%
2.1.5	Vale Transportes/Alimentação	1.883,00	1.119,36	2,12%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	4.506,39	5.768,00	10,93%
2.2.1	Contribuição INSS	3.458,65	3.883,72	7,36%
2.2.2	Contribuição FGTS	849,07	1.577,25	2,99%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	106,13	197,16	0,37%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	92,54	109,87	0,21%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	3.300,00	3.950,00	7,48%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,52%
2.3.2	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,84%
2.3.3	Serviços de Administrativos	-	1.100,00	2,08%
2.3.4	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.000,00	550,00	1,04%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	5.344,00	1.244,00	2,36%
2.4.1	Serviços Graficos	3.050,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços de Confeção de Faixas	1.050,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.244,00	1.244,00	2,36%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	11.338,99	10.268,99	19,45%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	8.668,10	8.668,10	16,42%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	1.284,00	214,00	0,41%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	346,72	346,72	0,66%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.040,17	1.040,17	1,97%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	10.548,33	3.861,09	7,31%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	8.983,53	3.261,09	6,18%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.200,00	600,00	1,14%
2.6.3	Despesas com Hospedagem	364,80	-	0,00%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	1.723,51	3,27%
2.7.1	Aquisição de 200 Livros de Divida Pública+frete	-	1.723,51	3,27%
2.8	BENS DE CONSUMO	9.223,09	8.616,78	16,32%
2.8.1	Telefone	1.174,94	831,94	1,58%
2.8.2	Correios/Malotes	-	1.176,00	2,23%
2.8.3	Combustível	280,00	230,00	0,44%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	45,00	-	0,00%
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	415,57	20,00	0,04%
2.8.6	Refeições e Lanches	417,90	327,40	0,62%
2.8.7	Assinaturas de Jornais	-	89,10	0,17%
2.8.8	Despesas com Eventos (Posse da Nova Diretoria)	1.597,50	-	0,00%
2.8.9	Cartuchos e Toner de Tinta	-	556,00	1,05%
2.8.10	Impostos e Taxas (Custas Judiciais)	44,00	-	0,00%
2.8.11	Materiais Elétricos	-	36,00	0,07%
2.8.12	Cartorio(Cópias/Autenticações)	175,00	-	0,00%
2.8.13	Materiais Hidraulicos	-	96,01	0,18%
2.8.14	Assinatura Provedor/Internet	62,27	243,42	0,46%
2.8.15	31 Congresso-Andes, parc.07/07	5.010,91	5.010,91	9,49%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	663,00	663,00	1,26%
2.9.1	Restituições n/mês	663,00	663,00	1,26%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	189,27	319,15	0,60%
2.10.1	IRRF S/Aplicações	120,51	272,39	0,52%
2.10.2	Despesas Bancarias/Juros e Multa	68,76	46,76	0,09%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		(13.564,24)	(6.801,66)	
RECEITAS		71.352,84	50.263,00	
DESPESAS		(64.590,26)	(52.786,38)	
RESULTADO OPERACIONAL		(6.801,66)	(9.325,04)	
Banco do Brasil S/A C/C		-	(2.038,03)	
Aplicação Banco do Brasil		51.027,52	45.456,79	
CAIXA		739,97	332,23	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		51.767,49	43.750,99	

espaço cultural

Doze cantoras integrantes do coral do Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) entraram em estúdio, no início de novembro, para gravar as últimas das 14 faixas do novo CD do projeto “Vozes da Ufam”, que traz quatro composições autorais. “Foram pelo menos três meses para as gravações do instrumental, arranjos e percussão. Só as vozes nos demandaram um mês e meio de empenho e dedicação, tudo, para que possamos ter o máximo de qualidade no material”, afirmou o coordenador do projeto, o maestro Adelson Santos. Assim como ocorreu na primeira edição, serão feitas 5 mil cópias do segundo CD, que serão distribuídas gratuitamente à comunidade acadêmica e nos locais em que a orquestra se apresentar. Ainda sem data de lançamento, o álbum deve ser divulgado também nas cinco cidades do interior onde estão instalados os campi da Ufam.

Literatura

Biblioteca universitária lança projeto de troca de livros

Foto: Divulgação

Realizada pela Biblioteca Setorial Campus (Setorial Norte) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o projeto “Círculo de Obras Literárias” contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas. No total, cerca de 35 livros foram arrecadados e trocados pelos participantes durante a campanha, que tem como objetivo manter um banco fixo de troca literária. Integrando a programação da Semana do Livro e da Biblioteca, o evento ocorreu de 22 a 29 de outubro.

“A cada livro doado, foi repassado um bônus de troca que permite o acesso a outro livro, nossa intenção maior é despertar o interesse e o prazer pela leitura”, disse a bibliotecária responsável pelo projeto Rosana do Amaral. A arrecadação dos livros ocorreu de 22 a 28 de outubro, já a troca foi feita no dia 29, no hall da Biblioteca Setorial Norte.

“Nossa intenção é manter um intercâmbio cultural, oferecer à comunidade universitária do Setor Norte: ICHL (Instituto de Ciência Humanas e Letras), FACED (Faculdade de Educação) e FES (Faculdade de Estudos Sociais), a oportunidade de acesso às novas obras literárias por meio do compartilhamento de livros já lidos”, explicou. A ideia é realizar o projeto anualmente.



No total, 35 obras foram arrecadadas no projeto da biblioteca da Ufam

Vale a pena ler



Carlos André Moreira

Livro: Liberdade
Autor: Jonathan Franzen
Editora: Companhia das Letras
Nº de páginas: 761
Valor: R\$ 46,50

Os EUA são fascinados pelo mito do próximo “grande romance americano”, aquela obra acachapante que casaria ambição estética com um retrato abrangente do “espírito do tempo”. Saul Bellow, John Steinbeck, Norman Mailer, Scott Fitzgerald e John Updike foram todos em algum momento aclamados como autores dessa entidade fabular.

O fato de estarem todos mortos e a ausência de um novo nome para ocupar o posto sempre motivaram amplos deba-

tes na imprensa de lá, até que Jonathan Franzen, 51 anos, apareceu com a ambição de ser o novo grande romancista do pedaço. Com o lançamento do calhamaço Liberdade, muita gente parece estar convencida de que ele merece o título.

Liberdade, publicado em 2010 nos EUA e agora editado no Brasil, é um romance de mais de 700 páginas nas quais as tramas de uma família se imbricam com a história recente americana. Tem a pretensão de abranger quase todos os assuntos que frequentam o noticiário contemporâneo: terrorismo, a raiva mútua entre liberais e conservadores pós-11 de Setembro, a disputa feroz entre ambientalistas e os interesses corporativos da pátria do capitalismo, as relações familiares cada

vez mais instáveis. Bastou a obra começar a ser lida e comentada para gerar uma atenção pública mais comumente endereçada a best-sellers como Dan Brown do que a um autor do chamado “time sério”.

A “onda Franzen” passa agora por uma etapa mais intensa, mas não é coisa nova – data do lançamento de seu terceiro romance, As Correções, em 2001. Com outra história sobre uma família em desintegração, Franzen construiu um panorama do horizonte social e moral dos EUA nos confusos anos 1990.

Carlos André Moreira é jornalista, crítico literário, escritor e tradutor. Confira o texto na íntegra no site zerohora.clicrbs.com.br.

Vale a pena ver



Heitor Augusto

Título original: The Help
Gênero: Drama
País de origem: EUA, Índia e Emirados Árabes
Tempo de duração: 146 minutos
Ano: 2011

Histórias Cruzadas mostra que é possível flertar com o feel good movie sem descer a um nível humilhante de manipulação como Um Sonho Possível. Com um elenco feminino afinado e potente, a protagonista Viola Davis merece não só uma estatueta, mas um agradecimento da Academia por engrandecer o trabalho das atrizes.

Seria mais justo com o filme de Tate Taylor afastá-lo do gênero água com açúcar e colocá-lo mais próximo das intenções A Cor Púrpura, épico que Steven Spielberg fez em 1985 para contar a saga de uma família negra no sul dos Estados Unidos.

Inspirado no livro The Help, o filme de Taylor acompanha a saga de uma jovem aspirante à escritora determinada a contar os abusos raciais sofridos pelas governantas negras no Mississippi, estado sulista dos EUA. A primeira a ter coragem de romper o cordão do silêncio, opressão e violência é Aibileen.

O enredo é ambientado numa pequena cidade, Jacksontown, no começo dos anos 1960. Não há meio termo e a divisão é clara: uma elite branca, reacionária e escravocrata, representada pela malvada Hilly e o contingente de mulheres negras cuja alternativa de trabalho é ser governanta. A aguerrida Minny é uma delas.

Interessante notar o desnível de um país gigante como os Estados Unidos. O filme se passa no começo dos anos 1960, quando o movimento de Direitos Civis chacoalharia os norte-americanos. Mas no Mississippi de Histórias Cruzadas tem-se a impressão de viver no final do século XIX. Não fosse pela televisão em algumas cenas ou pelos carrões brilhantes, seria difícil identificar que o filme se passa nos anos 60, tamanho o conservadorismo da região.

Outra sutileza de Histórias Cruzadas é a presença dominante das mulheres. São elas que comandam a ação, patroas ou empregadas, opressoras ou oprimidas. Os maridos têm aparições pontuais – sejam brancos ou negros – e pouco louváveis, sempre para reforçar a ordem de “quem manda sou eu”. Não deixam de ser melancólicos os almoços “beneficentes” das esposas ricas que nada têm a acrescentar ao mundo ou de ser tocante a cumplicidade das governantas em se protegerem até onde for possível.

Claro que no afã de sensibilizar, o filme também comete seus deslizes, como exageros na montagem didática (governanta é humilhada e na cena seguinte resolve contar como a categoria é aviltada diariamente). Ou no tom da música, às vezes um pouquinho acima do necessário.

Se comete enganos, porém, também faz escolhas certas. Elas estão na qualidade do elenco, na fotografia e no uso preciso da narração em off. Sem contar a potência da história e do heroísmo dos personagens que assumiram riscos – uns mais, outros menos – quando as próprias vidas estavam em jogo.

Heitor Augusto é crítico e jornalista, colabora com as revistas Interlúdio, Preview, Monet, Rolling Stone, Revista de CINEMA, ESPN, Zingu, além do jornal Valor Econômico e do site Cineclick.

internacional

Sobre a ordem de retirada de 170 índios Guarani-Kaiowá das terras em que habitam no Mato Grosso do Sul, eles apelaram em carta à opinião pública: “Pedimos ao Governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo, mas decretar nossa morte coletiva e enterrar nós todos aqui. Nós já avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos, mesmo, em pouco tempo”. De lá pra cá, uma onda de indigenistas, intelectuais, indígenas, integrantes de movimentos sociais e membros da sociedade de forma geral têm discutido o assunto, que em tempos de redes sociais ganhou em curto prazo repercussão internacional.

Luta

Guarani Kaiowá e as perversidades do senso comum

Por **Renzo Taddei**

Nas últimas semanas recebi uma quantidade impressionante de solicitações, via redes sociais e e-mail, para manifestar meu apoio à causa dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Não me lembro, em minha experiência com redes sociais, de ter visto mobilização desse porte. Há pouco mais de uma semana, saiu decisão judicial a favor dos indígenas – ou, para colocar em termos mais precisos, revogando a reintegração de posse da área onde estão. Como atentou gente mais próxima ao movimento indígena, isso por si só não garante quase nada, apenas que violências maiores não sejam cometidas no curto prazo. De qualquer forma, não tive muito tempo para me alegrar com o que parecia uma vitória do potencial de mobilização descentralizada da sociedade civil: ao comentar a questão com um amigo, no Rio de Janeiro, recebi como resposta a pergunta, maliciosamente feita de forma a combinar ironia e seriedade em proporções iguais: “mas, afinal, para que servem os índios?” Desconcertado, não consegui articular nada, apenas retruquei: “não sei; mas de você, pra que serve?”

Não pude deixar de pensar no assunto nos dias que se seguiram. Mas, no caso, o assunto deixou de ser exatamente a situação dos Guarani Kaiowá, ou das especificidades de conflitos entre índios e não-índios, e passou a ser a situação de certa configuração de ideias do senso comum da população urbana – ou pelo menos das coletividades nas quais me insiro, no Rio de Janeiro e em São Paulo – sobre os índios, em primeira instância, e sobre aqueles que são irredutivelmente diferentes, em última. Obviamente esse é assunto complexo, e vou me limitar a apenas pontuar alguns temas que, creio, são importantes para iluminar o contexto no qual notícias sobre os conflitos envolvendo indígenas ganham significados, para a grande parcela da população brasileira que inevitavelmente participa disso tudo na posição de meros espectadores.

Sobre a natureza dos índios e não-índios

Certa vez, em uma aula de antropologia, na Escola de Comunicação da UFRJ, usei um exemplo hipotético de jovem índio que vinha à universidade estudar medicina. “Aí ele deixa de ser índio”, alguém disse. Na discussão que se seguiu, a opinião prevalecente era de que as expressões “índio urbano” e “índio médico”, usadas por mim, eram contradições em termos. Eu perguntei, então, se o fato de eu ser descendente de italianos, o que me dá, segundo a legislação italiana, o direito de “virar italiano”, faz com que eu deixe de ser alguma coisa – brasileiro, por exemplo. Confusão nas fisionomias. Por que eu posso virar italiano sem deixar de ser brasilei-



Reprodução

ro, e ninguém vê problema nisso, e o índio não pode “virar” urbano sem deixar de ser índio? Concluímos – com vários autores estudiosos das populações indígenas – que, sem que as pessoas se deem conta, nós, urbanos, ocidentais, nos entendemos na maior parte do tempo como seres “culturais”, tendo algum controle sobre nossas identidades, portanto; enquanto

Por que é tão difícil aceitar a ideia de que quando o índio diz querer escola, ele não está fazendo nenhuma declaração sobre a sua identidade?

isso, percebemos a essência indígena (se é que isso existe) como algo “natural”, sobre a qual eles não têm, nem podem ter, controle algum.

Nada mais natural, então, que pensar que lugar de índio é na floresta, e que índio tem que ser preservado, como se fosse parte da biodiversidade. Ou então índio deixa de ser índio e vira não-índio, arranja emprego, compra casa, toca a vida na cidade – se desnaturaliza. O problema é o índio que quer morar na cidade, ser médico, talvez, sem abandonar suas formas indígenas de entender o mundo e a vida. Ou o índio que quer câmeras fotográficas, antibióticos, televisores, antenas parabólicas e escolas, mas não quer abrir mão da sua forma não-ocidental, e portanto não capitalista, de entender sua relação com a terra, por exemplo. Ou não quer abrir mão de sua forma não-ocidental, e portanto não marcada por um reducionismo materialista esvaziado e irresponsável, de relação com câmeras fotográficas, antibióticos, televisores, antenas parabólicas e escolas (é parte do senso comum que o que essas coisas são para mim

são também para todos que delas fazem uso, o que não é verdade sequer para gente do mesmo grupo social). A questão se apresenta de forma perversa até entre gente politicamente progressista: na Cúpula dos Povos da Rio+20, uma grande amiga, ativista, me confidenciou ter ficado espantada ao ouvir de lideranças indígenas que eles gostariam de ter energia elétrica, saneamento, escolas. Eram afirmações que contrariavam suas expectativas “romanceadas”, nas suas próprias palavras, a respeito dos índios.

Por que é tão difícil aceitar a ideia de que quando o índio diz querer escola, ele não está fazendo nenhuma declaração sobre a sua identidade? Porque, dentre muitas outras coisas, identidade é paranoia de não-índio, mas não (necessariamente) paranoia de índio. Aqui começamos a chegar a algum lugar: é muito incômodo conviver com alguém que não compartilha nossas paranoias.

Uma das decorrências perversas desse estado de coisas é a forma como somos levados a ver os índios como pessoas “incompletas”, como sendo “menos” que os não-índios. Não é à toa que, juridicamente, os índios foram ao longo do século 20, até a Constituição de 1988 pelo menos, tratados como equivalentes a crianças, ou seja, como seres incapazes e que demandavam tratamento jurídico diferenciado, justamente em função dessa incapacidade. O problema estava (e está) nos códigos jurídicos, fechados à possibilidade do direito à diferença, e não nos índios, que não são mais nem menos capazes que os não-índios, mas apenas diferentes em suas capacidades. A mudança constitucional de 1988,

como a própria questão dos Guarani Kaiowá demonstra, ocorreu infelizmente muito mais de juris do que de fato.

Os muitos significados do verbo servir

Mas voltemos à questão sobre a “serventia” dos índios. O tema apareceu novamente em reportagem da revista Veja, edição de 4 de novembro. Replicando argumentos usados em edições anteriores ao tratar do tema, o texto (que de jornalístico não tem quase nada) mescla desinformação e preconceito, ao fazer uso, por exemplo, de argumentos como a suposta “trágica situação [dos índios] de silvícolas em um mundo tecnológico e industrial”, de afirmações como “[a] Funai também apoia o expansionismo selvagem”, e de acusações descabidas, como a de que os antropólogos ligados ao Conselho Indigenista Missionário querem transformar o sul do Mato Grosso do Sul numa “grande nação guarani”, justamente na “zona mais produtiva do agronegócio” do estado. Em 2010, a revista havia afirmado, através de um malabarismo estatístico de quinta categoria (digno de envergonhar até ruralistas medianamente sofisticados), que 90% do território brasileiro é ocupado ou destinado a áreas de preservação ambiental, comunidades indígenas, quilombolas e áreas de reforma agrária; “a agricultura e demais atividades econômicas terão apenas 8% de área para se desenvolver”. Enfim, a estratégia retórica é clara: quem não contribui com o agronegócio e demais formas de produção capitalista em grande escala – no caso, os índios e todos os demais grupos de alguma forma ligados a usos não predatórios da terra – não contribui com a economia nacional. Em uma palavra: só serve para atrapalhar.

Essa é uma questão, me parece, fundamental: é preciso discutir o conceito de serventia. Como a ideia de “servir” participa em nossas vidas, e na forma como aprendemos a entender e viver o mundo? Se a serventia dos que (supostamente) não estão integrados ao projeto da nação é um tema relevante – tanto ao pseudo-jornalismo da Veja como a certo senso comum urbano -, e nós, não-índios, (supostamente) integrados, afinal, servimos pra quê? E como isso afeta nossa compreensão das questões indígenas no Brasil contemporâneo, e mais especialmente o caso dos Guarani Kaiowá? Na minha opinião, isso tudo serve de pano de fundo contra o qual as audiências urbanas, dos grandes canais de mídia, distantes do Mato Grosso do Sul, atribuem sentido às notícias.

Renzo Taddei é professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É doutor em antropologia pela Universidade de Columbia, em Nova York. (Leia o artigo na íntegra no site www.canalibase.org.br)